



Impeachment viola Constituição Brasileira

Sentença foi anunciada
pelo Tribunal Internacional
da democracia

PÁGs 4 e 5



Foto: Mídia Ninja



Extinção do Ministério da Cultura gerou protestos

11 fracassos do governo Temer

PÁGINAS 6 E 7

Nova diretoria do SENGE-RJ toma posse

Cerimônia foi realizada no dia 08 de julho, no SEAERJ, e contou com a presença de políticos e entidades PÁG. 3

EDITORIAL

Eduardo
Cunha
simboliza o
atual momento
político

PÁGINA 2

FISENGE

Engenheiras
lançam
animação
sobre
direitos



PÁGINA 8

Eduardo Cunha simboliza o atual momento político

Finalmente tudo indica que chegamos ao epílogo do atual ciclo da política brasileira, representado pelos governos ditos de coalizão, pelas campanhas baseadas em desvios de somas monumentais de dinheiro para seu financiamento ilegal e pelo alto grau de comprometimento do legislativo com a sustentação política deste sistema.

A figura de Eduardo Cunha tem uma carga simbólica muito grande por sua trajetória, seus métodos, e pela liderança baseada no fisiologismo político. Com sua saída e provável cassação de seu mandato parlamentar, começa a ruir o atual sistema político embora não queira dizer que esses métodos estejam completamente banidos do cenário político. Isto somente acontecerá se uma reforma em profundidade for feita e que impeça que iniciativas desta natureza prosperem.

Este é momento no qual nos encontramos e do qual nunca sentiremos nenhuma saudade. Trata-se, portanto de enterrá-lo e celebrar suas exéquias.

PMDB faliu o Rio de Janeiro e, agora, paga mico internacional

BRUNO PORPETTA

O prefeito Eduardo Paes (PMDB) andou dizendo que a Olimpíada é uma "oportunidade perdida". Sete anos depois do anúncio oficial de que a cidade sediaria os Jogos Olímpicos, além de "nervosinho", ele está bastante "atrasadinho".

Não com relação às obras, porque essas, de qualquer forma, estarão à disposição dos Jogos. O Brasil não vai pagar o mico de ter problemas na frente das câmeras.

O problema está por detrás das lentes. Aquilo que a imprensa brasileira esconde, que a prefeitura tenta mascarar e que o governo do estado já perdeu até a vergonha de mostrar.

No passado reclamamos da falência do estado durante o governo Moreira Franco (PMDB), hoje vemos de perto o fundo do poço com os governos de Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão (ambos do PMDB).

Não pagamos nossos servidores públicos, professores, terceirizados e for-

necedores. A situação é tão grave que nem para o tal mico temos dinheiro para pagar.

Mas, não faltou dinheiro para as empreiteiras. Já o esporte pode conquistar algumas medalhas, talvez até bater re-

corde em pódios, mas penou por falta de recursos, desvio de verba pública e problemas em licitações nas confederações.

E não faltou dinheiro para comissões, por cima e por baixo dos panos, na contratação de serviços para os Jogos.

Às vésperas da abertura dos Jogos, passamos por um golpe de estado que afastou a presidente Dilma Rousseff do seu cargo. Assumiu o chorão da cartinha, Michel Temer (PMDB), um golpista de carteirinha.

Nosso maior mico será apresentar ao mundo os erros da gestão do PMDB, no Rio e em Brasília.

* Bruno Porpetta é jornalista e colunista do jornal Brasil de Fato

Não faltou dinheiro para comissões, por cima e por baixo dos panos, na contratação de serviços para os Jogos



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA
Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Hermínio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Bezerra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá e Victor Marchesini Ferreira.

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha e Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL
Titulares: José Stelberto Porto Soares, Paulo Cesar Quintanilha e Sônia da Costa Rodrigues
Suplentes: Antonio Carlos Alvares Grillo, Euler João Geraldo da Silva e Rogério Antônio da Silva Matos

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:
Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 2.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



Diretoria, representantes sindicais, parceiros e entidades estiveram presentes na cerimônia

Nova diretoria do SENGE-RJ toma posse

Posse foi realizada na noite do dia 08 de julho, em cerimônia na SEAERJ

A nova diretoria do SENGE-RJ, para o triênio 2016-2019, tomou posse em cerimônia festiva realizada na noite do dia 08 de julho, na Sociedade de Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (SEAERJ). O encontro contou com a presença dos diretores eleitos e também engenheiros, políticos e representantes de outras entidades e movimentos sociais.

O presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, afirmou que o momento que o Brasil vive é

complicado e que precisamos refletir sobre a atuação da esquerda.

“Esse é o segundo golpe que vemos acontecer e nós sempre somos derrotados. Nós, enquanto sindicato de trabalhadores e representantes de movimentos sociais, precisamos reagir. Não somos redondos. Somos quadrados. Temos lado e quero deixar bem claro que o nosso lado é o dos trabalhadores e da democracia”, disse.

Olímpio também dedicou a atuação da última gestão, entre 2013 e 2016, para as funcionárias Pâmela

Ferreira Lima e Edilene Teles.

“Elas faleceram ao longo desse caminho e sempre mostraram imensa dedicação ao trabalho”.

Clovis Nascimento, vice-presidente do SENGE-RJ e presidente da Fisenge, afirmou ainda que tem muito orgulho de fazer parte dessa diretoria.

“O SENGE-RJ tem 85 anos de história. É uma história de luta e resistência em prol da engenharia nacional e do desenvolvimento do Brasil”, disse Clovis, emocionado.

Também esteve presente na ceri-

mônia a diretora da Fisenge, Simone Baía, que integra o Coletivo de Mulheres da entidade. Para ela, essa luta também é das engenheiras.

“A luta da sociedade também é uma luta das mulheres”, defendeu Simone.

Completaram a mesa o deputado federal Wadih Damous (PT-RJ), o presidente da SEAERJ, Nilo Ovídio Lima Passos, e o presidente da CUT-Rio, Marcelo Rodrigues. Após a cerimônia, foi realizado um coquetel.

Para Tribunal Internacional, impeachment de Dilma é ilegal

Sentença unânime de júri formado por juristas de seis países estrangeiros será enviada ao Senado e ao STF como gesto para barrar o golpe no Brasil

* Com informações da Revista Fórum, Carta Maior e Rede Brasil Atual

O Tribunal Internacional da Democracia, realizado nos dias 19 e 20 de julho, afirmou que o processo de impeachment movido contra a presidenta Dilma Rousseff viola a Constituição do Brasil, a Convenção Interamericana dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Além disso, afirma que deve ser declarado nulo em todos os seus efeitos e ser combatido. O veredito de valor simbólico será endereçado ao Senado e aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). O Tribunal Internacional da Democracia é uma iniciativa da Via Campesina, da Frente Brasil Popular e da Frente Brasil Juristas Pela Democracia.

Por dois dias, o tribunal se debruçou sobre os aspectos jurídicos, econômicos, políticos, culturais, sociais e históricos do processo de impeachment contra Dilma.

Com o auxílio de testemunhas, da defesa e da acusação formada por referências para o direito brasileiro, eles analisaram quatro perguntas essenciais sobre o processo de impeachment: 1. Viola a Constituição?; 2. Sem a ocorrência de crime de responsabilidade, caracteriza um golpe parlamentar?; 3. Foram violados os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário?; e,

4. Impeachment deve ser declarado nulo?.

A todas as perguntas, a resposta foi “sim”. “Decidiram os jurados declarar que o processo de impeachment contra Dilma Rousseff viola todos os princípios do processo democrático e da ordem constitucional brasileira”, afirmou o jurista Juarez Tavares, que presidiu os trabalhos do tribunal.

Dentre as irregularidades apontadas pela acusação estão a ausência do princípio de crime de responsabilidade fiscal, que tem servido de base para o processo, e violação de cláusulas pétreas da Constituição, “consagradas em convenções e pactos internacionais”.

O processo de impeachment,

segundo a sentença, “viola todos os princípios do processo democrático e da ordem constitucional brasileira”. Isso o caracteriza “como verdadeiro golpe ao Estado democrático de Direito” e, por isso, o processo “deve ser declarado nulo”.

Participaram do corpo de jurados o bispo mexicano Raul Veras, que ficou conhecido por suas ações em prol dos direitos humanos quando era frei dominicano e concorreu ao Prêmio Nobel da Paz em 2010; o advogado e político mexicano Jaime Cárdenas; o jurista italiano Giovanni Tognoni, membro do Tribunal Permanente dos Povos; a senadora pelo Partido Comunista Francês Laurence Cohen; a filósofa espanhola Maria

Fotos: Mídia Ninja



Tribunal foi composto por personalidades vindas do México, França, Itália, Espanha, Costa Rica e EUA

José Dulce, especialista em temas ligados à globalização; a advogada norte-americana com ascendência iraquiana Azadeh Shahshahani, especializada em defesa dos direitos humanos de imigrantes muçulmanos; o jurista e acadêmico costa-riquenho Walter Montealegre; o professor de Direito colombiano Carlos Augusto Argoti, da Universidade de Rosário, em Bogotá; e o argentino Alberto Felipe, professor da Universidade Nacional de Lanús.

SEM CRIME DE RESPONSABILIDADE

Os jurados também consideraram que, no que diz respeito ao objeto do processo autorizado pelo STF e analisado pelo Congresso Nacional, as chamadas “pedaladas fiscais”, está provado que Dilma não cometeu crime de responsabilidade, o que justificaria seu impedimento: “Como se depreende do Artigo 85 da Constituição, não há que se confundir entre violação do orçamento e violação das regras de sua execução financeira. Estas últimas estão vinculadas às normas de administração financeira e não à lei orçamentária. Uma vez que não são normas orçamentárias, a sua violação não pode ser objeto de crime de responsabilidade”, diz a sentença.

Por seu turno, prosseguem os ju-



Veredito de valor simbólico será encaminhado ao Senado e aos ministros do Superior Tribunal Federal

dos e convenções internacionais”.

No Brasil, disseram os jurados, “o golpe está assentado não só na decisão parlamentar, mas também na legitimação que essa decisão política obteve no Poder Judiciário, que não enfrenta questões de fundo importantes,

como a ocorrência ou não do crime de responsabilidade ou a violação de princípios constitucionais relacionados ao contraditório, à ampla defesa e à fundamentação das decisões”. O papel da mídia também não foi esquecido na sentença: “O golpe pode ser visto no reforço da agressiva desconstrução efetuada pelos meios de comunicação de massa da própria pessoa da presi-

dentada, demonstrando – por vezes de modo disfarçado, por vezes notório – um preconceito machista”. Segundo os jurados, “o golpe em curso no Brasil também incorpora outras motivações, como o mal-estar das elites frente ao acesso das camadas mais pobres da população aos recursos da sociedade de consumo e também frente à ampliação dos gastos com programas sociais de integração necessários ao cumprimento de finalidades expressas na Constituição brasileira em seu Artigo 3, como a redução da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais”. De acordo com o tribunal internacional, na ausência de crime de responsabilidade, o processo de impeachment assemelha-se a “uma ferramenta golpista utilizada por forças anti-democráticas e conservadoras para derrubar o governo legalmente eleito.”

Quando ao suposto descumprimento, por parte da União, de dívidas com o Banco do Brasil relativas ao financiamento agrícola, ficou demonstrado, segundo o júri, que não havia prazo fixado para o pagamento, o que elimina a alegação de atraso: “Não se trata de empréstimo ou de abertura de crédito, mas sim de subvenção para que se efetuassem atos imprescindíveis à consecução da política agrária brasileira conforme as demandas populares pelas quais a presidente foi eleita. O atraso é irrelevante, pois todos os empréstimos foram quitados. Também neste caso as imputações feitas à presidenta da República não constituem crime de responsabilidade”, diz a sentença.

MÍDIA E JUDICIÁRIO

A sentença proferida pelo júri também procurou caracterizar o

golpe em curso no Brasil: “Os golpes de Estado não podem ser reduzidos somente a intencionalidades militares, ainda que estas tenham sido sua forma mais comum. Também são caracterizados como golpes de Estado aqueles atos de destituição de governantes legitimamente eleitos quando tomados em desconformidade com as regras constitucionais e em violação de trata-



Apoio



ENGENHEIRO (A) BOM DE BOLA! 3ª COPA SENGE-RJ DE FUTEBOL SOCIETY

MONTE SEU TIME
www.sengerj.org.br/copasenge

Inscrições:
12 de julho a 22 de agosto de 2016

Informações:
eventosengerj@gmail.com

Inscrições e Regulamento:
<http://estatico.sengerj.org.br/copasenge/index.html>

Data dos jogos:
Outubro/Novembro de 2016
Local: Rio de Janeiro



Veja a cobertura do SENGE-RJ em nosso canal do Youtube: **Senge Rio**



11 FATOS QUE MOSTRAM O FRACASSO DO GOVERNO TEMER

Desde o início, governo interino de Michel Temer é alvo de críticas, escândalos e recuos

Fonte: Brasil de Fato

O vice-presidente Michel Temer (PMDB) assumiu interinamente a Presidência da República há dois meses, em 12 de maio, após a votação pela abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff no Senado.

Em pouco tempo, já acumula uma quantidade de erros e contradições que fazem com que até pesquisas encomendadas por apoiadores do impeachment, apontem uma má avaliação. Uma pesquisa do Ibope divulgada na semana

passada, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), indica que 75% da população considera o governo tampão regular, ruim ou péssimo.

Relembre os principais episódios dos primeiros 60 dias de Temer.

1) Nomeou um ministério sem negros e mulheres

A ausência feminina no primeiro escalão de um governo não ocorria desde a Ditadura Militar. O peemedebista tentou se justificar falando na escolha de “notáveis”.



Ministério sem mulheres

contestada por polêmicas e escândalos envolvendo titulares das pastas

O vazamento de áudios gravados por Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, indicava o desejo de integrantes do governo provisório em barrar o avanço da operação Lava Jato. Três



As gravações com Romero Jucá

2) A versão oficial logo seria

ministros caíram por conta destas revelações.

3) Não é tão comprometido em combater a corrupção

Metade dos integrantes de seu ministério tem algum grau de envolvimento em investigações, denúncias ou processos na Justiça. Além disso, o líder do governo na Câmara, deputado André Moura (PSC-SE), disse que o governo Temer deve retirar a urgência constitucional do chamado pacote de combate à corrupção.

4) Reorganização dos Ministérios foi questionada

Organização inicial sofreu um revés com a criação do Ministério da Cultura, após mobilização de artistas em todo o país.

5) Integrantes do governo divergem sobre temas fundamentais

Um deles é a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), defendida pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e contestada por outras pastas e setores que apoiaram o processo contra Dilma Rousseff, tais como a CNI e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

6) Resistência da sociedade

A agenda que consta nos documentos Ponte para o Futuro e Travessia Social enfrentado resistência na sociedade.



Mobilizações contra o governo interino

7) Pressão do movimento popular

A tentativa de suspender o Minha Casa, Minha Vida foi derrotada por mobilização do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).



A polêmica do fim do Ministério da Cultura (recriado depois de protestos)

8) Aumento de jornada de trabalho sem apoio

A sugestão da CNI de aumentar a jornada de trabalho, fazendo referência a 80 horas semanais, foi mal recebida.



Reformas sem apoio

9) A reforma da Previdência sem apoio

A ideia de estipular uma idade mínima mais alta (65 ou 70 anos) é atacada até mesmo por apoiadores do governo, como o deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade).

10) Arrocho fiscal: expectativa vs. realidade

O anseio por um arrocho fiscal também se confronta com negociações com políticos para que se consolide o impeachment. Alguns economistas apontam



Combate à corrupção em xeque

que, no governo Temer, ocorre um aumento dos gastos públicos: liberação de emendas parlamentares, ampliação do déficit na meta fiscal e renegociação da dívida dos estados estariam nesse pacote de “bondades”.

11) Relação de Temer com Eduardo Cunha

Considerado um homem bomba, o Planalto vem trabalhando para garantir a sucessão na Presidência da Câmara e salvaguardar o mandato do parlamentar – estratégia que incluiu sua renúncia ao cargo.



Ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha

Engenheiras lançam animação sobre direitos

Peça conta com personagem Eugênia, protagonista de HQs publicadas pela Fisenge

No dia 22 de julho, o Coletivo de Mulheres da Fisenge lançou a animação “Lei é para ser cumprida”. A peça conta com a personagem Engenheira Eugênia, que é protagonista de histórias em quadrinhos publicadas há mais de três anos pela Federação. De acordo com a diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía, a animação tem o objetivo de afirmar a importância da organização sindical e do empoderamento dos direitos dos trabalhadores. “A comunicação é estratégica para a disputa de pensamento e de visão de mundo. Com esta compreensão, nós, do Coletivo de Mulheres, temos apostado em instrumentos diversos e outras narrativas como quadrinhos, animação e campanhas pedagógicas”, disse Simone.

Durante o lançamento, foi realizado um debate sobre “Novas narrativas na luta pelos direitos das mulheres” com a jornalista e coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), Claudia Santiago, e a dirigente estadual da União Brasileira de Mulheres (UBM), Sonia Latgè, com mediação de Simone Baía. A animação também integra as comemorações dos 50 anos da Lei 4.950-A/66, que institui o Salário Mínimo Profissional de engenheiras e engenheiros. A peça foi produzida pelo Estúdio Zota com ilustrações de Pater.

A FISENGE

Com representação nacional, a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) articula ações dos sindicatos filiados visando à consolidação de políticas públicas para o desenvolvimento nacional, à valorização

da engenharia brasileira e à construção de uma sociedade justa e igualitária. Criada em 1993, com sede no Rio de Janeiro, a Fisenge é constituída, no total,

por 12 sindicatos de engenheiros, em 11 estados: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro (incluindo Volta

Redonda e o da capital), Rio Grande do Norte (exclusivamente de agrônomos), Rondônia, Sergipe e Santa Catarina (exclusivamente de agrônomos).

RSVP: adm.raquel@fisenge.org.br
INSCRIÇÕES GRATUITAS!

Novas narrativas na luta pelos direitos das Mulheres

22 DE JULHO DE 2016, ÀS 16H30
Av. Rio Branco, 277, 17º andar, Cinelândia

16h30 DEBATE
18h LANÇAMENTO DO DESENHO ANIMADO «LEI É PARA SER CUMPRIDA»

Realização
fisenge
FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

COLETIVO DE MULHERES DA FISENGE

www.fisenge.org.br



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br